

Nos campos da rebeldia

LIENHARD, Martin. *Disidentes, rebeldes, insurgentes: resistencia indígena y negra en América Latina*. Ensayos de historia testimonial. Madrid: Iberoamericana/Vervuert, 2008. 163 p.

JEFERSON BACELAR

Doutor em Ciências Sociais (Universidade Federal da Bahia)

Professor da UFBA

Salvador, Brasil

bacelarj@ufba.br

MARTIN LIENHARD, catedrático de literatura hispânica e lusófona no Instituto de Línguas e Literaturas Românicas da Universidade de Zurique, tem uma obra marcada pela interdisciplinaridade, com um amplo diálogo entre a literatura, as artes, a antropologia e a história. Porém, esta não é a característica que sobressai do seu trabalho e, sim, como já o disseram Annina Clerici e Marília Mendes, a sua preciosa “arqueologia” das vozes e atitudes daqueles que foram marginalizados no decorrer dos diversos processos históricos e sociais.

Neste seu novo livro, *Disidentes, rebeldes, insurgentes*, o conceito central que o autor utiliza é a rebeldia; a dissidência remete, de acordo com o caso, a um *antes* da rebeldia aberta ou a uma rebeldia em estado latente, enquanto a insurgência, o estado supremo da rebeldia, remete a suas manifestações mais radicais. Segundo Lienhard, citando Camus, “um homem rebelde é um homem que diz não. Mas, ao dizer *não*, não renuncia: desde seu primeiro movimento é também um homem que diz *sim*”. Ainda de acordo com Camus, o escravo, ao passar à ação, deixa de ser o que foi e se transforma em um homem novo. Ao reagir, o escravo se precipita de corpo e alma inteiras a uma luta cujo desenlace não pode ser senão sua libertação ou a morte. Ao estudar casos concretos de rebeldia, não é sempre possível determinar quando, como e em que medida alguém rompe com a sua condição de escravo. O que provoca a rebeldia aberta são, no mínimo, fatos relativamente banais, mas inesperados. A brusca mudança de regras do jogo pode levar um coletivo subalterno aparentemente “pacífico” a passar à rebeldia aberta. Ainda quando parece surgir do nada, a revolta supõe, sem dúvidas, uma tomada de consciência.

Quais causas defendiam os rebeldes que protagonizaram as histórias do livro? Dada a diversidade de situações, qualquer generalização permanece discutível. Vários protagonistas, entre eles o escravo doméstico Juan Francisco Manzano, não aspiravam senão “a que o deixassem em paz”. Outros pretendiam negociar “seus direitos” com seus senhores ou os donos do território. Outros mais haviam se precipitado no “tudo ou nada”, para fazer-se livres em outro lugar, como os escravos de Banes e Matanzas, ou para revolucionar toda a sociedade, como Juan Santos Atahualpa. Todos buscavam em última instância a liberdade, mas em que medida era a mesma liberdade a que aspiravam dom Carlos Ometochtzin, em Tezcoco, ou mesmo os escravos rebelados do Brasil ou de Cuba? Para o autor, a ordem que todos pretendiam “mudar” não era a realidade, senão uma “utopia”. Mas nem todos pretendiam um “retorno a um paraíso perdido”; para muitos rebeldes, a “liberdade” significava somente viver longe de seus senhores e dos brancos em geral. Eles não buscavam liberdade e igualdade para todos, como havia propugnado a Revolução Francesa – a “liberdade” a que aspiravam era basicamente a sua “autonomia”.

Entretanto, se o mote condutor do seu livro é a rebeldia, a grandiosidade do seu trabalho aparece na compreensão da complexidade das sociedades latino-americanas, no entendimento da heterogeneidade e fragmentação dos povos dominados. Em 1539, no México central, o processo inquisitorial empreendido contra dom Carlos Ometochtzin culminou com a execução de sua sentença de morte. Porém, o trágico destino do cacique dom Carlos não foi derivado do que havia dito ou feito. Seus diferentes delitos – da recusa do catolicismo à poligamia – eram comuns entre os membros indígenas. Portanto, os motivos que conduziram à sua morte estiveram relacionados à animosidade de outras lideranças locais a sua pretensão de suceder seu irmão, dom Pedro, como senhor de Tezcoco. Os seus pares disputavam suas prerrogativas de senhores locais, sob a égide e a proteção dos espanhóis. Já sobre o Peru, Martin Lienhard mostra Juan Santos Atahualpa, que, de 1742 até a década seguinte, desenvolveu uma guerrilha nas selvas, objetivando tornar-se “rei de todo o Peru”. Várias foram as expedições enviadas para a sua captura, porém, não lograram os seus objetivos. No documento “A exclamação dos índios americanos”, em 1749, representando o pensamento de vários caciques e governadores indígenas do Peru, ele reconhece o levante de Juan Santos, porém, atribui a sua existência à “barbárie” de uns “índios incultos”. Acostumados a negociar os seus “direitos” com as autoridades espanholas desde 1530, e sendo relativamente autônomos, os caciques espanhóis jamais embarcariam na aventura messiânica de Juan Santos. A autobiografia de Juan Francisco Manzano é, segundo Lienhard, o único relato de envergadura escrito ou ditado por um escravo latino-americano. Escrita em 1835, uma versão abreviada do seu relato já aparecia em Londres, em 1840, denominada “A história da juventude do poeta negro”. Para Juan, a verdadeira história de sua vida começa em 1809, quando, aos 12 anos, conheceu a sua nova dona, a marquesa de Pardo Ameno. A partir daí, devido à relação afetiva complicada com a sua dona, ele torna-se objeto do seu sadismo. A marquesa o humilha diante da jovem por quem ele se enamora; e ele reage, sendo quase morto, quando vê sua mãe sendo espancada violentamente por quatro negros. Desenvolve-se entre ele e a marquesa um ódio mútuo e, quando ela o ameaça de

enviá-lo para o engenho, ele foge para a liberdade. O engenho, para ele, seria um “inferno”, na medida em que seria rebaixado à condição de escravo comum. Juan Francisco, apesar de ser um escravo, não tinha a menor solidariedade com os demais escravos. Ele era um negro privilegiado, e o mundo a que desejava pertencer – e onde estava a maioria das suas relações – era o mundo dos brancos e da casa-grande.

No último capítulo, denominado “A carta e o chifre mágico”, o autor, ao analisar as práticas de índios e africanos na América portuguesa e espanhola, observa que eles tomam a liberdade de combinar, de acordo com a sua conveniência, os repertórios ideológico-culturais a seu alcance. Entre os vários casos relatados, merece destaque a rebelião de dezenas de escravos do Rio Atibaia, em São Paulo, no ano de 1832, prontamente reprimida. Os réus tinham exato conhecimento da conjuntura política brasileira, porém, o que mais indignou os senhores foi a descoberta de uma pintura (sobre um papel) que “mostrava um negro sentado em uma cadeira e dois brancos, um de cada lado, coroando o negro”. Portanto, o movimento sugere que os escravos de Atibaia haviam aprendido a combinar os dois principais repertórios culturais que tinham à mão: eram, pois, culturalmente bilíngues. Nas várias histórias apresentadas, o autor salienta que a coexistência de práticas e saberes distintos não implica que todos os integrantes sejam “culturalmente bilíngues”. Em um mesmo coletivo, podemos encontrar pessoas que preferem manejar práticas ilustradas e outras mais apegadas a práticas africanas. Concluindo, afirma que uma das poucas evidências encontradas é que em nenhum dos movimentos estudados cabe falar de hegemonia do “jacobinismo”.

Assim como em *La voz y su huella. Escritura e conflicto étnico-social en América Latina 1492-1988* (Prêmio Casa das Américas, 1989 – Cuba) e *O mar e o mato. Histórias da escravidão* (1ª ed., Ceao, Bahia, 1998; 2ª ed., versão francesa, L’Harmattan, Paris, 2001; 3ª ed., pela Kilombelombe, Luanda, 2005), Martin Lienhard, neste novo livro, brinda o leitor, de forma consistente e criativa, com a narrativa da heterogeneidade das “vozes” e práticas dos grupos subalternos na América Latina.

Data de recebimento: 30-03-2009

Data de aprovação: 21-09-2009